



7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA7)  
ISCTE/IUL - Lisboa.

**Painel: Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas**

## **O papel da família e da pertença a redes sociais na construção de trajectórias educativas de nível superior: estudantes angolanos em Portugal**

Margarida Lima de Faria  
Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT-IP  
margaridalf@iict.pt

### **ABSTRACT**

*A decisão de sair do país para realizar estudos superiores é, no contexto angolano, cada vez mais uma decisão individual, e/ou de famílias, dado o enfraquecimento do papel regulador do estado na situação actual de liberalização económica e conseqüente crescente “individualização”. A partir de uma série de entrevistas a estudantes universitários angolanos, a estudar em Portugal realizadas em Lisboa e no Porto, e a profissionais que estudaram no ensino superior português, em Luanda, procurar-se-á aferir o lugar ocupado pela família assim como pelas relações familiares alargadas numa primeira fase da formação escolar; e posteriormente pelas “redes sociais” construídas, e mantidas, em torno de relações académicas ou outras, e a sua repercussão na consolidação de redes sociais mais amplas (como as que ligam estes formandos ao país de formação, e as que ligam este país ao seu país de origem) com implicações na cooperação entre os dois países e, mais concretamente, no desenvolvimento de Angola.*

Palavras-chave: Angola; família; redes sociais; ensino superior; cooperação portuguesa.

### **Introdução**

Em países em que as possibilidades de escolha são muito limitadas, como é o caso de Angola, o recurso a “redes de pertença”, quer “familiares” quer de outros tipos, revela-se crucial nas decisões que envolvem mobilidades e investimentos económicos, sociais e até mesmo afectivos, importantes.

A capacidade de pertencer, utilizar e sustentar “redes sociais” depende, em grande medida, das situações sociais de origem. Assim, as condições que os indivíduos encontram à partida (“condições iniciais”) nas suas vidas, são proporcionadas em parte pela sua “situação familiar” específica, ainda que também pelas oportunidades que surgem nos vários estágios da sua formação educacional.



No presente estudo<sup>1</sup>, descrevem-se as trajectórias de vida, de jovens angolanos, direccionadas para a obtenção de graus académicos de nível superior em universidades portuguesas, e o papel que a pertença a “redes sociais” desempenha na ideação, concretização, e consolidação dessas decisões assim como no retorno e reintegração no país de origem (no caso presente Angola), uma vez obtido o diploma. Comparam-se duas gerações de estudantes (Geração A e Geração B) que vieram para Portugal em momentos históricos diferentes. Esta comparação de situações idênticas em contextos diversos, possibilita a análise da alteração dos campos de possibilidade individual, em conjugação com processos de transformação social, que dependem, inevitavelmente, de enquadramentos nacionais e internacionais distintos que se vão reconfigurando à medida que se vão alterando os contextos económicos e políticos deste país. Possibilita igualmente a compreensão do modo de como uma análise da pertença a “redes sociais” reflecte processos de mudança.

### **Conceito de “rede social”.**

O conceito de “rede social” será, aqui, explorado enquanto o conjunto das formas de socialização-base, estruturadas e estruturantes, com efeitos determinantes, e duradouros, actuando ao longo da vida dos indivíduos; e, no presente caso, conducente à construção de trajectórias educativas únicas e, de algum modo, “individualizadas” e “selectivas”. São ambientes de partilha de informação – “informação relacional” – que beneficiam quer o indivíduo, quer o próprio funcionamento reticular, permitindo o estabelecimento de conexões multi-dimensionais e de amplo alcance. Finalmente, ainda que se gerem em contextos sociais micro enquanto ambientes de reciprocidade e/ou de co-participação tendencialmente equitativa no interior dos quais se consubstancia o sentido de partilha inter-pares, têm implicações ao nível macro influenciando o desenvolvimento global das sociedades.

De acordo com Stanley Wasserman e Katherine Faust (Wasserman & Faust 1994: 4) caracterizam-se por:

---

<sup>1</sup> Inserido no Projecto “Educação Avançada e Desenvolvimento; A Cooperação Portuguesa com os PALOP”(2010-2012) do Centro de Estudos Africanos – ISCTE, financiado pela FCT.



- Os seus actores e as suas acções serem interdependentes (e não independentes ou autónomos);
- Os laços relacionais (ligações) entre os actores funcionarem como canais de transferência ou “fluxos” de recursos (tanto materiais como imateriais).
- O ambiente em rede fornecer oportunidades ou constrangimentos à acção individual;
- A sua estrutura (seja ela social, económica, política ou outra) define-se pela existência de padrões duradouros de relações entre os seus actores.

### **A “família”, uma “rede social” particular**

Os “grupos familiares” (família conjugal, nuclear ou grupo doméstico) enquadram-se no tipo de grupo particular definido por Georges Gurvitch (1962) in *Traité de Sociologie* como se tratando de um agrupamento de facto, multi-funcional, íntimo de tamanho reduzido e de funcionamento permanente. Enquanto “agrupamentos de facto” (por oposição aos “agrupamentos voluntários” e aos “agrupamentos impostos”) os grupos familiares são agrupamentos em que os membros participam sem que tenham explicitamente decidido fazê-lo. Enquanto “agrupamentos multi-funcionais”, os grupos familiares são chamados a cumprir uma série de funções difíceis de determinar. Enquanto agrupamentos íntimos encontram-se reunidos em permanência.

No contexto africano, de que Angola não será excepção, o conceito de “agrupamento ou grupo familiar” engloba “redes familiares” normalmente extensas. As “redes de parentesco” (família alargada ou grupos de parentesco), ao contrário do “grupo familiar doméstico” que se define pela proximidade, funcionam muitas vezes à distância sendo os seus apoios activados de acordo com as necessidades dos seus membros, e em circunstâncias de combinação múltipla e variada. As solidariedades que se geram no interior desses “agrupamentos familiares alargados”, ainda que possam ter uma existência *in absentia*, podem ser mais fortes e duradouras do que as que se geram no interior do “grupo doméstico” (família nuclear) que caracteriza o modelo familiar ocidental dominante.

### **O conceito de “capital social”**



O “capital social” é considerado um factor importante de desenvolvimento social e económico.

*O significado genérico deste conceito alude às normas de reciprocidade, recurso a propriedades comuns e outros vínculos que permitem a acção social das instituições. O valor das reciprocidades provém do nível de interacção entre as pessoas, exprimindo-se a nível do valor colectivo do apoio mútuo, na confiança, na reciprocidade e na informação que produzem um valor para os que partilham uma experiência comum. Marzia Grassi, 2009: 14.*

O conceito de “capital”, aplicado às relações sociais por Pierre Bourdieu (Bourdieu 1979), pressupõe a existência de activos que geram benefícios num dado “mercado”. A pertença a “redes sociais” determina a posse de “capital social”; ou seja, o investimento num certo tipo de relações sociais possibilita a obtenção de benefícios no mercado das relações sociais, benefícios esses que são tanto de ordem material (porque dão acesso à obtenção de rendimentos por exemplo decorrentes da inserção no mercado de trabalho) como simbólica (posições de status e reconhecimento de valor social). São estes processos mediante os quais ganhos sociais são gerados em interacções sociais, que tornam esta temática particularmente interessante. Trata-se sempre de um processo activo pois exige do indivíduo tempo e esforço. Ou seja, os actores sociais sentem-se impelidos a estabelecer relações com outros actores sociais, pois dessas ligações obtém vantagens; no entanto essas mesmas relações, também limitam a actuação dos indivíduos (Lin, 2002).

Por outro lado o conceito de “capital social”, por ter este sentido de partilha e de responsabilidade, individual e colectiva, tem vindo a ser cada vez mais utilizado para aferir o funcionamento da “sociedade civil” de um país. Através dele avalia-se, igualmente, a extensão das relações de confiança, a liberdade de associação cívica, a participação social e política, em geral, ou seja, a própria “qualidade” da democracia.

### **O conceito de “capital humano”**

O “capital humano” define-se como um valor acrescentado do indivíduo quando este adquire conhecimentos e competências específicas. “Trata-se de um valor que, em vez de ser incorporado no produto, ou bem produzido, é incorporado no próprio



trabalhador” (Lin, 2001). Adquire-se assim “capital humano” através do investimento em educação formal, em formação, em experiência profissional.

Estes conceitos são especialmente interessantes quando aplicados a países emergentes, de economia aberta ao empreendedorismo. Parte-se do pressuposto de que se os indivíduos tiverem oportunidade de adquirir competências, conhecimentos e outros tipos de “capital humano” podem aumentar o seu valor pessoal, com repercussões no valor do seu rendimento salarial; ou seja, o seu salário pode exceder o seu valor social (de origem) permitindo acumulação de capital que pressupõe a alteração da sua posição na hierarquia social, com repercussões nos seus modos de vida e no seu reconhecimento simbólico. O sujeito em processo de formação é, assim, visto como um investidor em si próprio; este investimento é em parte calculado pelo próprio e reflecte uma escolha relativamente racional.

Daí que a compreensão da forma como as “redes sociais” actuam na obtenção destas formas de “capital” quer “humano” quer “social”, enquanto formas de solidariedade positiva ou, pelo contrário, enquanto constrangimentos à acção individual dá uma medida interessante dos processos de desenvolvimento dos países assim como do exercício de liberdade individual e colectiva (quer no plano social, quer no plano económico e político).

### **A pertença a “redes sociais” e as mudanças da sociedade angolana**

As recentes transformações de Angola, no sentido de uma crescente liberalização da economia e das instituições, têm contribuído para alterar os modelos de recrutamento de estudantes para o ensino superior, ao dar maior possibilidade de construção de percursos autónomos, sobretudo a partir do ensino secundário. Muitas das escolhas relativas à prossecução de carreiras escolares passam, cada vez mais, por negociações que envolvem o próprio e a sua família, tendo havido um processo de autonomização progressiva em relação aos anteriores sistemas estatais de atribuição de bolsas no interior de uma lógica de governação uni partidária.

Esta emancipação dos indivíduos (e das famílias) em relação a formas de regulação estatais (que impuseram durante anos a pertença a redes pré-definidas ou impostas) suscita a construção de trajectórias escolares únicas e à adesão voluntária a novas soluções. Esta situação, que é comum a Moçambique, é referida por Francisco



Noa, numa recente comunicação, apresentada em Lisboa, sobre a evolução do ensino superior nesse país.

Se até finais do anos 80, se poderia falar de uma ideia de cidadania incorporada e alimentada pela educação, em geral, e pelo ensino superior, em particular, assente no princípio da acção do social sobre o indivíduo, a partir da década de 90, com todas as transformações que se assistiram no mundo e no país, o que se verifica, e por impulso da liberalização política e económica, é à afirmação das responsabilidades individuais sobre o social. Francisco Noa, 2010.

Essas mudanças, também observáveis em Angola, são descritas no testemunho de um dos estudantes entrevistados (Geração A – ou de ex-estudantes já regressados ao país).

“Comecei a trabalhar no processo de bolsa em 1989, no fim consegui esse processo de bolsa. Houve barreiras no meio que eu consegui ultrapassar. Depois veio o multipartidarismo e o processo mudou. Eles deixavam o processo ao próprio estudante, o estudante deixou de ser encaminhado. E quando isso calhou, quando foi autorizado [1992], calhou para fazer um estágio em Portugal.” (EA20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

### **Estudantes angolanos no ensino superior português: da Geração A para a Geração B**

Entrevistámos vinte e cinco profissionais angolanos que estudaram (e obtiveram diplomas de nível superior) em Portugal e estão hoje integrados na sociedade angolana; e trinta e cinco estudantes angolanos actualmente inscritos em universidades portuguesas. O primeiro grupo – “Geração A” - corresponde a indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 55 anos; o segundo - “Geração B” - tem idades compreendidas entre os 25 anos e os 35 anos. A primeira série de entrevistas foi realizada em Luanda e a segunda em Lisboa e Porto. A metodologia de amostragem, tratando-se de um estudo exploratório, e tendo-se optado por uma análise de tipo qualitativo, foi uma combinação de “amostra por conveniência” e amostra de tipo “bola



de neve”; ou seja, foi-se construindo de acordo com a disponibilidade de entrevistados e partindo do contacto com uns entrevistados para ir ao encontro de outros.

Caracterização dos dois grupos geracionais:

#### Geração A

- Mais velhos.
- Iniciaram a escolarização no período anterior à independência tendo definido a sua trajectória secundária após a independência.
- Alguns estavam a frequentar o ensino secundário durante o reacender da guerra civil (1992).
- Os seus percursos escolares foram erráticos tendo sido forçados a interromper e, em muitas situações, mesmo a mudar de curso.
- Entraram para o ensino superior com uma idade superior à média europeia.
- No seu percurso escolar o estado sobrepôs-se à sua vontade individual.
- Vieram para Portugal com bolsas de estudo e no âmbito de protocolos bilaterais.
- Alguns vieram com família (marido ou mulher e filhos).

#### Geração B

- Mais jovens
- Iniciaram a escolarização no período pós-independência.
- Viveram o período da guerra civil durante a sua formação escolar primária e secundária, alguns foram enviados, temporariamente, para Portugal após 1992 (sobretudo os rapazes para fugir ao recrutamento militar).
- Entraram para o ensino superior numa idade aproximada da média europeia.
- No seu percurso escolar o estado teve pouca influência tendo sido sobretudo uma decisão do próprio com o apoio da família.
- Na vinda para Portugal receberam o apoio de redes familiares alargadas.
- Na prossecução dos estudos em Portugal tiveram apoio financeiro das suas famílias.
- Vieram em geral sozinhos ou com irmãos que se encontram também no ensino superior português.

Ao analisarmos o papel das “redes sociais” na integração destas duas gerações de estudantes angolanos, começaremos por referir o papel da “família” nas decisões escolares e na construção de “oportunidades de escolha”. Analisaremos, de seguida, as “redes sociais” de carácter voluntário, que construíram durante a estadia em Portugal e a forma como foram utilizadas para facilitar a integração social nesse país. Finalmente referir-nos-emos às redes académicas e/ou profissionais (dos agora profissionais angolanos) resultantes da sua ligação a Portugal; abordaremos, na sequência desta



análise, o papel de Portugal, e da cooperação portuguesa, no incentivo à construção e manutenção dessas “redes sociais”.

### **A importância das “redes familiares” para as duas gerações**

Independentemente do estado ter tido uma maior ou menor influência na definição das suas trajetórias escolares, a família, e as “redes familiares alargadas”, desempenharam um papel fundamental, e até central, na formação escolar quer da geração mais velha (Geração A) quer da mais jovem geração (Geração B) de entrevistados. A sua importância, à qual não será alheia a ideia de “oportunidade”, joga-se sobretudo no final do primeiro ciclo de escolaridade obrigatória, ou seja, na passagem da instrução primária para a instrução secundária<sup>2</sup>. Num país que viu sair os seus quadros, com a descolonização, e viveu envolto num período longo de intensa desregulação do estado, concentrado que estava em gerir os conflitos internos, a família viu reforçado o seu papel económico e educativo (para além de protector e moralizador) enquanto parte da sua estratégia de sobrevivência. O investimento da família na educação dos descendentes é recorrentemente referido, pelos entrevistados, enquanto parte integrante da formação da sua formação moral, da construção do seu carácter. Encontramos estas descrições em ambas as gerações.

“Apesar dos meus pais não terem estudos investiram muito na nossa formação. Tiveram aquela consciência de que deveríamos estudar para que o amanhã da família possa mudar.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, douramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje Professor da Faculdade de Ciências, UAN).

“O meu pai era uma pessoa extremamente severa no que diz respeito aos estudos e extremamente severa no que dizia respeito aos princípios morais e éticos: primeiro a honestidade, a seriedade são o básico da vida, os estudos eram o fundamental; devíamos sempre afirmar pela competência, pelo trabalho e pela seriedade. (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito de Lisboa, hoje Professor da Faculdade de Direito, UAN, empresário, advogado).

---

<sup>2</sup> A escolaridade em Angola é hoje obrigatória até ao 6º ano mas estas duas gerações aqui analisadas não beneficiaram desse regime (só os primeiros quatro anos de escolaridade primária foram obrigatórios).



“Ele chamava-nos a atenção, para a importância do estudo. Achava que graças ao estudo que ele teve – que não foi muito mas que dava para sobreviver na altura -ele chamava-nos a atenção para isso. E ele dizia mesmo “pá eu estou a investir em vocês, e portanto eu não estou aqui a deitar dinheiro fora!” e quando tivéssemos assim maus resultados ele chamava-nos a atenção “pá eu ando a gastar aqui o meu dinheiro pá, não é para vocês estarem aqui a brincar...”. Era um tipo muito rigoroso. (EB8, sexo masculino, 35 anos, doutorando Instituto Superior de Agronomia).

### **A importância da “rede familiar” alargada**

Em contextos africanos e sobretudo na situação específica de Angola, em que a distribuição dos estabelecimentos escolares na geografia do país é irregular, a prossecução dos estudos para além da escolaridade obrigatória, pressupõe, muitas vezes, a saída do ambiente familiar doméstico forçando à mobilidade dos jovens para fora da sua região, normalmente transitando para a casa de parentes (família alargada).

Sobretudo nas trajetórias de vida relatadas pelos entrevistados da Geração A, são accionadas, “redes familiares” de modo a possibilitar a prossecução da educação escolar a indivíduos oriundo do interior do país. Estes são enviados para junto de parentes que vivem em zonas onde existe mais oferta escolar. Estas descrições reflectem processos que os próprios relatam como sendo relativamente naturais.

“Vim para Luanda em 1967 para casa de uma tia. Somos dez irmãos. Eu vim de castigo porque não gostava de estudar. Então essa minha tia era professora primária rígida e severa e como não gostava de estudar vim de castigo (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, hoje empresário, advogado, Faculdade de Direito da UAN).

Quanto à Geração B, também as redes familiares alargadas são activadas, mas nesses casos para a recepção dos estudantes em Portugal durante o período de agudização da guerra civil (a partir de 1992). Neste caso muitos relatos referem situações de integração difícil dada a fraca ligação a estes familiares.

“Fiquei cá [em Portugal] com o meu avô... nós costumávamos vir ou só nós os três [filhos] e depois a minha mãe vinha ter connosco ou vínhamos com a minha mãe



normalmente... uma vez de dois em dois anos, porque naquela altura até não era muito caro... não tínhamos muito dinheiro, mas não era, na época do partido único vendia-se uma grade de cerveja e podia-se comprar um bilhete para Portugal. Então... tinha essas facilidades e vim passar as férias, entretanto houve as eleições, rebentou a guerra e os meus pais decidiram que era melhor eu ficar aqui enquanto a situação não acalmasse ... Fiquei com os meus avós, só eu e os meus avós, os meus irmãos não vieram de férias. Fiquei cá até 94. De 92 a 94.” (EB 2, sexo feminino, 23 anos, estudante de Comunicação Cultural e Social na Universidade Católica Portuguesa).

“No início ficámos em casa de uma madrinha minha, mas acho que alternámos...mas eu já não me recordo muito bem...não sei...não tenho a noção exacta se foi primeiro em casa dos meus avós, ou foi em casa da minha madrinha...Só sei que depois arranjamos uma casa perto da casa da minha madrinha, que é agora na Portela [Portugal].” (EB 6, sexo masculino, 24 anos, estudante de Gestão no ISEG, UTL).

“Eu vim de 1992 a 1994 para Ansião. Vim viver com o meu avô e a madrastra da minha mãe, entretanto a filha deles, que é a minha tia, também vivia lá com a filha, depois tenho uma tia no Porto irmã da minha mãe, aqui em Lisboa tenho um irmão da minha mãe e uma irmã da minha mãe, uma irmã do meu pai, depois tenho tios e primos da parte do meu pai... tenho muitos, muitos já nasceram cá.” (EB 2, sexo feminino, 23 anos, estudante de Comunicação Cultural e Social na Universidade Católica Portuguesa).

### **A pertença a “redes sociais” durante a formação em Portugal**

À medida que o estudante vai progredindo nos seus estudos adquirem importância outras influências, exógenas às que adquiriu no ambiente familiar, e que são definidas a partir de outros encontros sociais que o vão enquadrando.

A Geração A vem para Portugal ao abrigo de protocolos celebrados entre os dois países /universidades e, dada a situação conturbada do país que caracterizou esse período, vêm normalmente numa fase mais tardia do ciclo de vida (têm entre 30 e 35 anos quando entram finalmente no ensino superior). Os apoios económicos familiares são praticamente inexistentes dado que a escolha do país não teve por base a existência desses apoios familiares (como no caso dos estudantes mais jovens) mas acordos bilaterais para atribuição de bolsas de estudo. Muitos destes estudantes trouxeram parte das suas famílias já que muitos já tinham à data mulher e filhos. O sentimento de



desenraizamento à chegada é grande ainda que seja compensado pelo facto de os bolseiros se deslocarem em grupo.

“Fui para Portugal ao abrigo de um protocolo entre a Universidade Agostinho Neto e a Universidade do Minho. Dez docentes do ISCED vão para Portugal fazer a pós-graduação em Ciências da Educação. Nessa altura [1982] não havia nenhum mestre, não havia doutores. Não havia angolanos quase formados. [...] Coube ao ISCED indicar nove docentes para serem formados. Pagavam-nos as passagens, a ida e a volta quando tivéssemos o curso terminado.” (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciência da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade Angolana recentemente criada).

Para esta geração, a filiação política ainda tem bastante peso, determinando mesmo a oportunidade de saída.

“A ideia era conseguir uma bolsa para estudar fora. Mas a bolsa também não aparecia, havia muitas implicações das leis, diziam na altura que para conseguir bolsa era preciso ter cinco anos de estadia em Angola e eu não tinha completado ainda cinco anos. Então isso tudo foi complicado. Também existiam implicações políticas. Havia mais facilidade para jovens que estavam enquadrados na JOTA e nós [que vínhamos do Congo-Brazaville] não tínhamos qualquer enquadramento. Fui contemplado com uma bolsa pequena da CPLP, para as universidades de língua portuguesa.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, fez o mestrado e doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Esta geração arriscou pouco no investimento em “novas redes sociais” durante a estadia em Portugal. Mantiveram sobretudo ligações com as redes que já tinham construído em Angola, sobretudo as constituídas por familiares e amigos (e de afinidades políticas) com os quais alimentaram relações de reciprocidade, chegando mesmo a apoiar economicamente (a partir de Portugal), familiares deles dependentes. Estes estudantes que viveram em Portugal em condições económicas muito precárias, não tiveram meios de frequentar espaços de sociabilidades mais alargadas, investindo



sobretudo em “redes” de inter-ajuda no seio do seu próprio grupo de bolsheiros, ou ligando-se a “associações de angolanos” mantendo-se ligados, por essa via, ao seu país.

“A estadia em Portugal não foi difícil mas razoável. [...] não tinha muitas ambições sociais, concentrei-me num objectivo, estudar, e foi assim.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, fez o mestrado e doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

“Criámos uma casa de Angola em Braga, fazíamos almoçaradas, discutíamos os nossos problemas. Por uma razão estratégica juntámo-nos numa vivenda que alugámos em conjunto (os 10 estudantes (EA 16, sexo masculino, 56 anos, Faculdade de Direito Universidade de Lisboa, hoje empresário, advogado, Faculdade de Direito da UAN).

“Fiz parte de uma associação de naturais do Uíge. Esta associação existe e até tenho um cartão em casa. Foi importante porque é uma questão de distração e de convivência.” EAMD. [...] Havia um ponto de encontro entre angolanos que era a Baixa do Rossio (EA20, sexo masculino, 50 anos, doutoramento na Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

A Geração B, mais jovem, para além dos enquadramentos familiares de configuração variável, faz mais uso de “redes” (várias) que se estabelecem no ambiente académico, e nos circuitos juvenis, descritas pelos inquiridos como abrindo possibilidades de autonomia crítica, numa esfera que preferem que seja não politizada revelando uma maior individualização nas suas escolhas e a valorização de uma atitude crítica (autónoma).

“Quando começamos a ter contactos com outros horizontes temos a oportunidade de passar a ter dúvidas e isso é uma mais valia. (EB 24, sexo masculino, 30 anos, estudante de mestrado em Estudos Africanos no ISCTE).

Vêm a experiência de estadia em Portugal como uma oportunidade de emancipação. Muitos deste entrevistados, quando questionados sobre a sua filiação na Associações de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Estudantes Angolanos recusam categoricamente essa possibilidade vendo-a como uma “rede” que os constringe mais do que os apoia.

“Não pertenço a nenhuma associação. É uma decisão que tomei. Não quero pertencer a nenhuma associação ligada a uma corrente ideológica, política, sobretudo a Associação de Estudantes Angolanos. Está muito politizada e eu não posso filiar-me numa associação que tenha um partido, de cunho político, porque eu sou muito crítico ao que se passa no meu país”. (EB 30, sexo masculino, 36 anos, a realizar Licenciatura em Ciência Política na Universidade Lusófona).

Dentro das “redes conviviais”, construídas em Portugal, estes estudantes integram-se ainda em associações de bairro nas quais procuram formas de convivialidade e apoios sociais.

“Temos aqui a Associação Promotora, aqui ao lado da escola. Aquilo é uma associação de amigos [...] É uma associação que está sempre aberta ao público, mas aquilo é mais para os convívios, jogos. Eu fui para essa associação porque eu frequento sempre aquele sítio. Sou sócio, tem uma quota mensal, e quando vou, se quero qualquer coisa, consumir, também tenho desconto.” (EB 29, sexo masculino, 34 anos, a frequentar o mestrado integrado em Ciências Policiais e Segurança - IPSI).

### **Frequência de igrejas**

Interessante constatar que a frequência de igrejas é recorrentemente referida (por ambas as gerações) durante a sua passagem por Portugal (mesmo para a Geração A mais influenciada pela ideologia laica e que veio para Portugal ainda nos tempos do partido único).

“Fazia mais parte das actividades eclesiásticas do que das associações. Participação efectiva na igreja.” (EA 21, sexo masculino, 50, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

“Frequento, na minha área de residência, uma associação ligada à igreja, na paróquia ao que chamamos o conselho económico da igreja, a fábrica da igreja. Sou lá secretário embora este ano também pedi dispensa porque tinha muitas coisas quer a nível



profissional quer pessoal.” (EB 31 – sexo masculino, 36 anos. Licenciatura Ciência Política e Relações Internacionais 3º ano – Universidade Lusófona).

“A igreja tem muita importância para mim, eu digo-te a sério que tem. Porque eu vejo a minha mãe, como ela é assídua nesse caso de religião, aconselha-me muito.” (EB 32 – sexo masculino, 36 anos. Mestrado integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna - ISPSI).

### **“Redes sociais” e estratégias de empregabilidade**

Os estudantes da geração mais jovem usam as “redes sociais”, disponíveis em Portugal, para inserção no mercado de trabalho. Eles próprios criam “redes” com essa finalidade mostrando uma atitude mais activa e solidária e um empreendedorismo já aqui referido como fundamental para o desenvolvimento do seu país.

“Pertença à Associação de estudantes Africanos no ISCTE. Fazem algumas actividades. Como temos facilidade de acesso à informação de determinadas actividades fora do ISCTE, ajudamos as pessoas que vêm pela primeira vez e precisam de um auxílio e informam sobre empregos dentro e fora de Portugal.” (EB 24, sexo masculino, 27 anos, a finalizar o Mestrado e a iniciar o Doutoramento em Estudos Africanos no ISCTE).

“Criei uma associação chamada MAGUS, por mim e por outros, para combater a falta de informação, e então vimos a necessidade de criar um instrumento para nos apoiar. Foi fundada em 2003, e estive até 2005.” (EB 24, sexo masculino, 27 anos, a frequentar o mestrado em Estudos Africanos).

### **Regresso e reintegração no mercado de trabalho em Angola**

Tentámos perceber como a posse do diploma e a pertença a redes sociais influenciou e facilitou o acesso ao emprego. Na maioria dos casos, para a Geração A ( a que regressou), a posse de um diploma académico obtido em Portugal assegurou a quase automática integração no mercado de trabalho. Integrados que estavam em sistemas de concessão de bolsas de estudo esse seria um desfecho relativamente previsível.



No entanto o reconhecimento “simbólico” do capital adquirido não parece acompanhar o sucesso da sua empregabilidade. Quando questionados sobre o processo de adesão a “redes sociais” quando regressaram ao país, alguns dos inquiridos disseram sentir que o diploma obtido em Portugal não lhes deu o reconhecimento social (“capital simbólico”), que lhes seria devido (e que de algum modo idealizaram). Hoje no exercício da sua profissão sentem-se desenquadrados, sem meios.

Dada a sua formação superior, a pertença ou não a grupos de decisão próximos do aparelho de estado foi utilizada para questionar o seu sentimento de pertença e simultaneamente a sua possibilidade de participação na transformação da sociedade angolana. Postos perante esta questão, mostram até que ponto se sentem desenquadrados das “redes sociais” de decisão. A posse de diploma deu-lhes acesso a lugares no meio académico mas o ambiente de decisão política continua-lhes vedado. Sentem-se “intelectuais”.

“Bem quer dizer, é um degrau, sobe-se um bocadinho mais mas não é assim tão significativo. As benesses também não são assim tantas.” (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

“Se formos no sentido da intelectualidade posso dizer que sim pertença à elite se for no sentido político posso dizer que não porque não sou enquadrado.” (EA 20, sexo masculino, 50, mestrado na Faculdade de Ciências de Lisboa, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

“Não sou eu que devo julgar isso mas a sociedade. Há várias formas de definir elite; em termos políticos, em termos da sociedade (uma pessoa bem posicionada). Em termos políticos é aquele que dá as suas sugestões. É uma pessoa que está em cima. A classe dos intelectuais isso é diferente, isso é em termos intelectuais.” (EA 21, 51 anos, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

Desempenham, assim, funções socialmente reconhecidas mas com poucos recursos e fraca capacidade de decisão.



“Temos vontade, temos os nossos projectos mas na altura da sua execução temos de pedir. As coisas não correm com a mesma celeridade como nós queremos, e é sempre esta luta, é sempre esta luta.” (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutorado em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

Reconhecem, no entanto, que prestam a sua contribuição formando quadros com possibilidade de decisão. O seu investimento reproduz-se, deste modo, sobretudo na criação de “capital humano” que acreditam ser útil ao desenvolvimento do país.

“Só aqui na faculdade muitos que estão no governo já passaram pela minha docência. Isso prova que eu contribuí para o desenvolvimento. Tive de fazer algo para impulsionar isto, os alunos já não ficam estagnados. Há muitos alunos a terminar o curso.” (EA 20, sexo masculino, 50, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

“Não somos ouvidos. Mais vale a pena atender um juiz, um procurador do que um professor. A classe de professorado é esquecida. Contribuo com aquilo que aprendi para a formação dos estudantes, para a sociedade.” (EA 21, sexo masculino, 51, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje é Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

### **O incentivo à construção de “redes sociais” entre Angola e Portugal: o papel da Cooperação Portuguesa**

O papel da Cooperação Portuguesa no actual contexto pós-colonial deveria assentar cada vez mais no incentivo à construção de “redes sociais” formadas pelos ex-alunos como forma de constituir parcerias com os novos parceiros africanos. Esse papel poderia ser igualmente desempenhado pelas universidades portuguesas. Incentivos à filiação desses ex-alunos em sociedades profissionais e académicas; apoios à participação em congressos ou outros *fora* de socialização; a simples manutenção de uma base de dados actualizada e de partilha de informação constituiriam uma forma de apoiar o desenvolvimento desses países enquadrando os seus actores de uma forma participada. Trata-se de um “capital social de conexão” designação utilizada para referir um “conceito vertical de capital social, que conecta as pessoas aos recursos



institucionais políticos e económicos, com a mediação das associações voluntárias” (Woolcock 1999 cit. in Grassi, 2009: 73).

A importância desses apoios à distância é amplamente reconhecida pelos entrevistados da Geração A. Nos casos mais positivos é emotivamente reconhecido o papel de alguns académicos (frequentemente os orientadores das teses) que os tratam como profissionais em situação de igualdade profissional e com quem partilham a pertença a “redes académicas”.

“Hoje pertenço a redes profissionais. Hoje tenho relações com professores portugueses. Apoiamo-nos. É útil porque para além dessas amizades salutares, participamos em vários congressos. E agora enquanto dirigente estou a pensar fazer o pós-doutoramento. É um antigo professor que me vai ajudar nisso.” (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, é hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

“Continuamos a ser amigos, colaboramos. Ainda tenho vínculos de amizade, de colaboração com a minha orientadora, com os colegas. Em termos de contactos só acontece em congressos. Faço parte da Sociedade Portuguesa de Química. Faço parte da comissão científica. Angola foi eleita como organizadora para 2015.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, doutorado na Faculdade de Ciências de Lisboa, hoje Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

“[A passagem por Portugal] criou redes sociais úteis, por exemplo, hoje, a profissão de dirigente que tenho, mas antes como vice-decano da área científica desse instituto onde eu me formei tinha lá professores [portugueses] que foram até nossos orientadores na altura dos doutoramentos, e também transformaram-se em dirigentes e estamos sempre a trocar impressões, a pedir opiniões.” (EA 9, sexo masculino, 52 anos, doutoramento em Ciências da Educação na Universidade do Minho, hoje dirigente de uma Universidade na província de Huíla).

Um dos entrevistados tinha sobre a secretária a fotografia do seu orientador (português) entretanto falecido, exibido como um ícone. Comparou a sua situação profissional (hoje excluído que está das “redes” de apoio que o orientador possibilitava) como uma situação de “orfandade académica”.



“O contacto com Portugal não é muito bem regular. Eu tinha uma família científica. Mas não é uma comunicação regular. Seria melhor manter o grupo de investigação em que fui enquadrado, mas depois da sua morte [do seu orientador em 2004] fiquei como órfão, fiquei totalmente isolado. Era obrigação de Portugal manter essas ligações. Nós neste departamento onde estamos temos um projecto de mestrado onde nós precisamos de apoio de Portugal, é uma forma como Portugal nos poderia ajudar em termos de docência e em termos bibliográficos, também em termos de equipamento laboratorial.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, doutoramento na Faculdade de Ciências de Lisboa, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

No entanto, há também quem se sinta abandonado por Portugal e/ou pelos portugueses. A manutenção da ligação do(a) ex-estudante a Portugal, em lugar de decorrer das relações de cooperação entre os países, parece resumir-se a esporádicas iniciativas individuais, e a isoladas boas vontades, desinseridas de qualquer enquadramento institucional que, por isso, rapidamente se tornam insustentáveis.

Há quem atribua a dissolução da “rede” a que pertencia à interrupção da comunicação.

“Tinha muitos amigos portugueses, apoiavam-me muito. Só que a correspondência falhou agora.” (EA 12, sexo masculino, 58 anos, mestrado e doutoramento na Faculdade de Letras e de Ciências Sociais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, hoje Director dos Serviços Académicos na UAN).

Há ainda quem também valorize a trocas de bens materiais fundamentais à prossecução das actividades científicas e à sua situação de equidade no seio da rede a que gostaria de pertencer. O papel do estado português como motor desse processo de desenvolvimento no sentido da equidade é igualmente valorizado.

“Eu fiz questão, num dos congressos que fizemos, que haja maior apoio de Portugal atendendo à situação do país estamos numa fase de desenvolvimento sim mas há sempre dificuldades numa área científica e temos dificuldades. A pessoa volta com entusiasmo mas isso acaba por evaporar porque falta este e aquele aparelho e a pessoa tem dificuldades na nossa área de Química. O que seria ideal com o vínculo que existe



era haver um apoio de Portugal nos primeiros momentos. Seria o ideal.” (EA 20, sexo masculino, 50 anos, Professor de Química, Faculdade de Ciências, Universidade Agostinho Neto).

### **Em síntese: alteração do peso dos laços familiares e do investimento em redes sociais da Geração A para a Geração B**

#### Geração A:

- Menor influência do investimento familiar; maior investimento do Estado através de programas de apoio à formação; é esperado que utilizem o rendimento resultante do investimento em capital escolar na coesão e sustentação familiar na qual se insere o apoio à formação das novas gerações.
- Satisfatório reconhecimento profissional dos seus diplomas ainda que com fraco valor simbólico no actual contexto político.
- Fraco papel das “redes sociais” académicas ou profissionais quer em Portugal quer no regresso ao país.
- Posição crítica em relação ao papel de Portugal na sustentação dessas redes.
- Autonomia individual ligada à experiência de saída para Portugal: relativamente limitada pois saíram do país no âmbito de acordos bilaterais e deixaram, durante a sua estadia em Portugal, parte da família no país em situação precária e de risco (período da guerra civil); enorme responsabilidade dada a sua situação de excepção; algum fechamento sobre si mesmo, durante a estadia em Portugal, e concentração na idealização do regresso.

#### Geração B:

- Dependem mais fortemente das famílias que investiram consciente e fortemente no seu capital escolar.
- São positivos em relação a expectativas profissionais que encontrarão no regresso e à valorização dos seus diplomas.
- Não sentem (ainda?) a pressão de distribuir rendimentos com os restantes familiares.
- Investem mais em redes sociais (reais ou virtuais).



- Não tendo ainda regressado, acalentam fortes expectativas de vir a ser úteis ao desenvolvimento do seu país.
- Autonomia individual ligada à saída para Portugal significa sobretudo “mais mundo”, “mundo” constituído pelo adensar das “redes sociais” e pelo acesso à informação (como por exemplo redes sociais em suporte electrónico). Autonomia também ligada a uma ideia de “estar na Europa” e abertura ideológica e política (maior liberdade de opinião e para o exercício da cidadania).

### **Conclusão**

Há um interessante confluir de efeitos estruturais, colectivos (a sociedade angolana em mudança) e agenciais, individuais (cada estudante no seio de uma dada família) quando se analisam estas configurações de possibilidades e oportunidades de cada um destes indivíduos. Por um lado a família investiu no estudante tendo criado expectativas quanto ao retorno desse investimento; por outro, cada estudante define a sua própria trajectória educacional à medida que vai atingindo graus académicos mais avançados; ou seja, do valor social adquirido dentro do próprio sistema educativo. Assim de uma geração para outra (da Geração A para a B), no percurso de escolarização de cada indivíduo assiste-se ao reforço da dependência familiar no início (“condições iniciais”); mas a uma maior autonomia individual nos níveis mais avançados havendo menor obrigação de sustentar a família com os rendimentos gerados. Essa maior autonomia gera, por seu lado, uma maior dependência de “redes sociais” havendo um maior investimento individual em “capital social”. Há também cada vez maiores expectativas de que a ligação a Portugal forneça o “capital social” que reforce a formação contínua e a integração em redes mais alargadas; os próprios estudantes tomam em mãos o aproveitamento dessa estadia tornando-se pró-activos na construção dessas “redes sociais”.

Para os que regressaram a Angola após obterem o diploma, o crescente processo de liberalização da sociedade angolana, e a menor intervenção do poder político na vida dos cidadãos, tem acentuado a autonomia das decisões relacionadas com a carreira académica e, conseqüentemente, com a entrada no mercado de trabalho. Contudo, também nesta situação, a adesão a “redes sociais” torna-se mais importante dado os



apoios político-institucionais cumprirem “pior” a função do enquadramento funcional (reintegração na sociedade e empregabilidade) dos cidadãos, um pouco deixados à sua sorte.

O sucesso da cooperação de Portugal, ao nível da educação universitária, depende da sua capacidade de tirar partido da horizontalidade destas ligações sociais, alimentando e adensando estas “redes sociais”. Pelos testemunhos recolhidos, junto dos profissionais angolanos que se formaram no ensino superior português, este desígnio está longe de ter sido cumprido. Portugal parece não estar a saber tirar partido do seu papel na formação destas gerações de universitários. Para que a cooperação não se limite apenas à frequência das universidades portuguesas, deveriam ser mantidas vivas as ligações de Portugal com estes ex-estudantes, apoiando a sua formação contínua e fornecendo-lhes recursos, tendo em vista o reforço do seu papel enquanto agentes de desenvolvimento.

### Referências bibliográficas

Grassi, Marzia. 2009. *Capital Social e Jovens originários dos PALOP em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Gurvitch, Georges (Ed.). 1962. *Traité de Sociologie I*. Presses Universitaires de France.

Lin, Nan. 2001. *Social Capital – A Theory of Social Structure and Action*. Cambridge University Press.

Noa, Francisco. (no prelo) in Centro de Estudos Africanos (Ed.). *Actas do Encontro sobre Cooperação Portuguesa e Educação Superior nos PALOP – COOPEDU*. “Ensino Superior em Moçambique: políticas, formação de quadros e construção de cidadania”.

Klein, D. & White, J. 1996. *Family Theories. An Introduction*. Sage Publications. Londres, Nova Deli.

Sehoole, Molatlehgi. 2005. *Democratizing Higher Education Policy – Constraints of Reform in Post-Apartheid South Africa*. Routledge. Nova Iorque, Londres.

GPEARI/MCTES. <http://www.gpearl.mctes.pt/?idc=21&idi=455283>, consulta em 11.11.2010.

Wasserman, S. & Faust, K. 1994. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge University Press.